

Aproximações à noção de desacontecimento a partir da cotidianidade como valor jornalístico

Approximations to the notion of unhappenings as news from the value of
everyday life

Mauro de Souza Ventura

Professor adjunto do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Livre-Docente em Jornalismo. Doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: ms.ventura@unesp.br.

Tayane Abib

Mestre e Doutoranda em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Bolsista de Doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

E-mail: tayane.abib@unesp.br

RESUMO

Neste artigo, revisita-se a literatura sobre cultura profissional jornalística e cotidianidade, a fim de reunir elementos teóricos para a fundamentação da noção de desacontecimento noticioso. Em chave de contraposição ao modelo informativo tradicional, tal matriz propositiva assume contornos de provocação e resistência aos valores de desvio e proeminência social que caracterizam a cobertura hegemônica, de modo a inscrever a noticiabilidade de fatos não-marcados como horizonte possível a um saber jornalístico de reconhecimento que se mobiliza pela mediação autoral estabelecida na tessitura de sentidos do comum.

PALAVRAS-CHAVE: *Jornalismo; Desacontecimento; Noticiabilidade; Cotidianidade.*

ABSTRACT

In this article, the literature on professional journalistic culture and daily life is revisited in order to gather theoretical elements for the foundation of the notion of news as unhappenings. As a counterpoint to the traditional information model, this propositional matrix assumes contours of provocation and resistance to the values of deviation and social prominence that characterize the hegemonic coverage, with the aim of inscribing the news of unmarked facts as a possible horizon for a journalistic knowledge of recognition mobilized by the authorial mediation that is established in the weaving of meanings of the common.

KEYWORDS: *Journalism; Unhappenings; Noticiability; Daily life.*

RESUMEN

En este artículo se revisa la literatura sobre la cultura periodística profesional y cotidianidad con el fin de recoger elementos teóricos que fundamentan la noción de desacontecimiento noticioso. Como contrapunto al modelo de información tradicional, esta matriz proposicional asume contornos de provocación y resistencia a los valores de desviación y protagonismo social que caracterizan la cobertura hegemónica, de modo a inscribir la noticia de hechos no señalados como un horizonte posible para un saber periodístico de reconocimiento movilizado por la mediación autoral establecida en el tejido de significados de lo común.

PALABRAS CLAVE: Periodismo; Desacontecimiento; Noticiabilidad; Cotidianidad.

Submetido em / /2020

Aceito em / /2021

Introdução

“Quanto nos falta ainda compreender dos inúmeros artifícios dos ‘obscuros heróis’ do efêmero, andarilhos da cidade, moradores dos bairros [...]. Como tudo isto é admirável!”, diz-nos Michel de Certeau (1994, p. 342), em sua obra *A invenção do cotidiano*. Para além das representações oficiais, o historiador francês não nos deixa esquecer de que a cultura é, de fato, organizada e sustentada pelas dimensões da oralidade e do ordinário, e de que há apropriação, pelos homens e mulheres comuns, de astúcias sutis para caminhar pela “floresta dos produtos impostos” (1994, p. 13). Em *Aproximações de quê?*, o romancista Georges Perec (2010, p. 178) reflete sobre a noção de ‘infra-ordinário’ e contribui para uma articulação entre tal perspectiva e o jornalismo, lançando as indagações que orientam este nosso estudo: “os jornais falam de tudo, exceto do corriqueiro. [...] O que acontece realmente, o que nós vivemos, o resto, todo o resto, onde ele está? O que se passa a cada dia, o banal, o ruído de fundo?”.

Nossos esforços investigativos se concentram, desde essas inquietações, em alinhar narrativa jornalística e noticiabilidade do cotidiano, a partir da voz do homem ordinário, em chave de contraposição ao valor de desvio e proeminência social que caracterizam o acontecimento jornalístico. Se a prática noticiosa hegemônica marca o mundo apenas com o visível imediato, interessa-nos enfatizar dinâmicas que registram “o invisível que caracteriza os

desejos e as esperanças” (Sodré, 2009, p. 99), inscritas sob a parte saliente do *iceberg* noticioso, à sombra da desordem aparente, configurando o que aqui optamos por denominar Desacontecimento jornalístico.

Especificamente, desenvolvemos incursões bibliográficas pela Sociologia do Cotidiano (Certeau, 1994; Maffesoli, 1996) e a Filosofia da Proximidade (Esquirol, 2015), a fim de colher contribuições reflexivas para a fundamentação de uma tal noção, na esteira de um pensamento comunicacional em vias de intersubjetividade. Revisitamos, assim, os estudos sobre cultura profissional, no âmbito das teorias do jornalismo, para evidenciar as possibilidades de virada, no que toca ao saber de reconhecimento, da construção da notícia por um código de produção às avessas, interessado em apreender os diminutos das vidas e realidades reportadas, naquela ordem da criação e recriação de sentidos do homem comum, que sustenta, ao final, o nosso espaço-tempo diário.

Por esses entrecruzamentos dialógicos esperamos, assim, inscrever o Desacontecimento enquanto potencial caminho narrativo para, em divergência aos tradicionais critérios noticiosos, reportar os contextos de atores sociais que se situam à margem do interesse hegemônico público e midiático.

1. A noticiabilidade do acontecimento

“Os jornalistas não gostam de que se fale da máquina midiática. De todo modo, se considerarmos o fenômeno da informação [...] é realmente disso que se trata”, escreve Charaudeau (2009, p. 241), assinalando o aspecto central que fundamentará nossas incursões neste artigo. Se a legitimidade da profissão por muito se assentou na crença social de que o conteúdo midiático é reflexo do que se passa no espaço público, importa-nos neste estudo sublinhar que o universo da informação é, de fato, resultado de uma construção. A visão de mundo que nos é apresentada diariamente pela instância midiática é, assim, antes de um dado natural, um produto acabado, configurado de acordo com dinâmicas e atores que, cada qual em

seu setor, e implicado por seus constrangimentos e convenções, fazem as engrenagens funcionarem.

Essa tal acepção, que nos choca a uma visão de posituação do fato, desborda de cara a maturação de uma analítica da notícia para dar conta das escolhas que convencionalmente se realizam em função de categorias que também foram culturalmente acordadas. A essa espécie de porta de entrada à maquinaria informativa, Nelson Traquina (2005), em alusão aos estudos etnográficos de Richard Ericson, Patricia Baranek e Janet Chan (1987) sobre duas organizações jornalísticas de Toronto, refere-se como saber de reconhecimento. O termo saber justamente porque nos recorda do histórico de profissionalização e reivindicação do jornalismo como portador de uma prática especializada, e porque, ademais, enfatiza a cadência de compartilhamento de interpretações que daí se desenrola entre os membros da tribo. Quanto ao reconhecimento, a ideia coloca em jogo a empreitada de captação, que o imaginário profissional idealiza como “faro”, dentre as incontáveis ocorrências que se sucedem todos os dias, daqueles fatos que ganharão o estatuto de notícia.

Muniz Sodré (2009, p. 71) é referencial para nossa compreensão do processo: diz o autor brasileiro que os profissionais partem do “fato em bruto, ou das qualidades ainda indiferenciadas de um evento, para transformá-lo em ‘acontecimento’, por meio da interpretação em que implica a ‘notícia’”. O relato noticioso a que temos acesso, neste sentido, é o desdobramento ou a ampliação dos fatos sociais “segundo parâmetros jornalísticos de tratamento [...], que comportam apuração de dados e informações, entrevistas, redação e edição de textos, em função da ‘cultura’ jornalística” (Idem). Em outras palavras, a notícia é a construção do acontecimento de acordo com o conjunto de convenções que estruturam o campo jornalístico; uma micronarrativa que resulta da processualidade do fato em acontecimento, no qual o acontecimento se torna esse escopo-central a carregar, em sua configuração, a prática semântica do exercício de informar.

Miquel Alsina (2005, p. 140, tradução nossa) nos fornece mais algumas pistas nesta direção: “o ecossistema, ou melhor dizendo, suas normas, são fundamentais para definir um fato como acontecimento” – ou seja, um fenômeno só se torna acontecimento quando um

sujeito lhe aplica uma perspectiva específica, de modo que só se reveste de sentido enquanto tal ao se relacionar com determinadas visadas. Aí também entra a acepção de Patrick Charaudeau (2009, p. 5), para quem o acontecimento “depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível”. O que estamos buscando sublinhar, assim, é que o acontecimento jornalístico é sempre o que ocorre *depois* dos fatos brutos, “quando se produz o trabalho logotécnico de determinação das circunstâncias – apuração dos detalhes, realização de entrevistas” (Sodré, 2009, p. 59). À emergência da ocorrência, portanto, inscreve-se uma etapa de construção de sentidos, do qual o texto noticioso é como forma final de uma sequência de reconhecimento, tratamento e narração desde a empiria.

É devido a uma tal incursão que nos alinhamos à posição de Sodré (2009, p. 75) de conceituar o acontecimento, matéria-prima jornalística, como *fato-marcado*, em que a noção de marcação é elegida precisamente para indicar que não é qualquer fato que desperta o sistema da informação pública, isto é, que passa pelo que Charaudeau (2009) chama de “máquina de informar”, ou pelo que Tuchman (1973) denomina “teia de facticidade”, ou, ainda, em Traquina (2005), pelas categorias estratégicas da “Novaslândia”. Antes, enquanto objeto de racionalizações desde que desponta no tecido social, o fato necessita ser semioticamente marcado por um código de produção para sua transformação. Também Alsina (2005, p. 140, tradução) afirma que “os meios de comunicação marcam os acontecimentos e, desta forma, expressam uma valoração do fato”, enfatizando uma espécie de direcionamento, ou mediação institucional, na definição das notícias – que justamente organiza o esquema simbólico para seu reconhecimento.

Para Marcia Benetti (2004, p. 161), a razão de ser do jornalismo, afinal, é essa: “dar aos fenômenos sociais o estatuto de acontecimento, segundo critérios de notabilidade” e articular, com sua prática, “a percepção de fenômenos e a construção discursiva de acontecimentos”. Desde aí o problema que se coloca é exatamente a interrogante sobre o trabalho de ordenamento do sentido ao qual se dedica o sujeito na relação com esse mundo fenomenal. Recapitulando o que Charaudeau (2009, p. 98) chama de processo evenemencial, ou

acontecimental, precisamos considerar três momentos deste processo de construção: a) há algo que modifica o ‘estado normal’ das coisas no mundo; b) há um indivíduo dotado de sensibilidade que percebe tal mudança; e c) há a significação que este mesmo sujeito confere a esta mudança; de modo que, na lida com o acontecimento, o indivíduo assume uma dupla faculdade: “perceber, através de uma experiência direta [...], aquilo que os fenômenos têm de potencialmente estruturável, e estruturar o mundo comentando-o (configuração) com auxílio da linguagem” (ibidem).

A começar pelo primeiro aspecto da lógica descrita pelo autor francês, e que nos coloca diante de uma concepção positiva ou funcional da história, muito bem incorporada no discurso jornalístico: interessa depreender aquilo que causa uma quebra na organização do mundo, ou que provoque um desequilíbrio nas estruturas que sustentam essa ordem – o excepcional frente ao comum, o desvio em relação à norma. O acontecimento, conforme aponta Adriano Duarte Rodrigues (1999, p. 27), distingue-se facilmente de uma multiplicidade de fatos virtuais porque tem uma natureza especial, “ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência”. É assim tudo o que irrompe na superfície lisa do tecido histórico, ou “o que se destaca sobre um fundo uniforme e constitui uma diferença”, para fazer alusão ao pensamento de Stella Martini (2000, p. 30), e demarcar que um acontecimento só pode emergir por uma fratura.

A seleção operada pelo sujeito-jornalista sensível para perceber tal fenômeno ocorre justamente em função desse potencial de saliência do acontecimento, “que reside ora no notável, no inesperado, ora na desordem” (Charaudeau, 2009, p. 101). Cabe-nos evidenciar, nesse sentido, como a noção de acontecimento se associa a de ruptura com a rotina do cotidiano, e como esse certo impacto sensorial que provoca o indivíduo se atravessa pela imposição de determinados elementos sobre a aparente uniformidade que vivemos. A história, entretanto, como bem pondera Márcia Benetti (2004, p. 145, grifo nosso), nada tem de linear ou compacta. “É complexa e irregular, marcada por fenômenos sociais diversos que contem, cada um, algum índice de notabilidade – *para alguém*”. É que o aparato perceptivo-cognitivo dos que escrevem a história – especialmente dos que a transformam em notícia, os jornalistas –

parece só apreender como notáveis as ocorrências ou feitos que se enquadram nessa modalidade de uma repentina ascensão. Retomando um exemplo ilustrativo de Walter Lippmann (2012, p. 291): “as notícias não lhe dizem como a semente está germinando do solo, mas podem lhe informar quando seu primeiro broto cruza a superfície”.

O exercício profissional jornalístico, deste modo, lida com o acontecimento *enquanto estratégia de narração do fato social*, aqui fazendo referência aos critérios de produção da notícia que, em um primeiro momento, envolvem diretamente o reconhecimento pelos valores-notícia e, em via complementar, os procedimentos que lhe seguem atribuindo sentidos a partir da cultura que se compartilha na tribo. O conteúdo que se difunde pela instância midiática, afinal, trata de uma cadência de escolhas e práticas que, de forma mais imediata, parte dos parâmetros que norteiam o “faro”, mas que, enquanto processualidade, só se completa com o trabalho logotécnico que o acompanha, como nos diz Sodré (2009).

Quando abordamos a sistemática noticiosa desde seu estágio inicial, atemo-nos à ideia de marca o dos fatos por valores jornalísticos que são assumidos como orientadores

[...] não por serem únicos, incomparáveis ou irrep t veis, mas por determinarem categorias singulares de controle dos fluxos [...] que a comunidade profissional identifica como origem de uma possível narrativa (Sodré, 2009, p. 75).

Em perspectiva histórica, apreendemos os contornos que delineiam o acontecimento-notícia nos moldes como o conhecemos hoje, mesmo antes da imprensa de massas. Miquel Alsina (2005, p. 131, tradu o nossa) escreve que, do século XV ao século XIX, o acesso ao acontecer era um privilégio das classes dominantes – “comerciantes e banqueiros europeus que recebiam informa es manuscritas sobre o tráfego marítimo, eventos políticos, etc.; o tipo de informa o que tinha uma fun o comercial-financeira”. Em meados do século XIX, a noticiabilidade continua a se definir pela importância das pessoas as quais concerne, pela preponderância de ocorrências políticas, e, ainda que se observe uma diversidade temática na cobertura da imprensa desde então, verifica-se no jornalismo uma tendência   homogeneidade formal de se reportar aquilo que os espanhóis denominam *sucesos*, e que Pamela Shoemaker (2014) bem estabelece de acordo com dois princípios: desvio e significância social.

Os valores-notícia já foram objeto de estudos extensos, e não faz parte de nossos objetivos pormenorizá-los aqui. Cabe, antes, sublinhar que, a despeito das distintas nomenclaturas para suas especificações, esse tal constructo cognitivo, “um julgamento feito pelos seres humanos” (Shoemaker, 2014, p. 16), relaciona-se com as dimensões de anormalidade e de proeminência dos atores envolvidos. Ao menos duas investigações realizadas em épocas distintas podem ser tomadas como representativas dessas duas facetas: a tese de Tobias Peucer, *De relationibus novellis*, de 1690, e a tipologia de Johan Galtung e Mari Ruge, de 1965, tida como a primeira sistematização formal sobre critérios de noticiabilidade no âmbito acadêmico. Em Peucer, encontramos, por exemplo, o interesse da imprensa pelo insólito, a catástrofe, e o que se passa com as pessoas ilustres:

Os prodígios, as monstruosidades, as obras ou os feitos maravilhosos e insólitos da natureza, da arte, as inundações ou as tempestades horrendas, os terremotos, os fenômenos descobertos ou detectados ultimamente, fatos que têm sido mais abundantes do que nunca neste século. Depois as diferentes formas de impérios, as mudanças, os afazeres da guerra, as estratégias, as novas leis, os julgamentos, os cargos políticos, os dignatários, os nascimentos e mortes dos príncipes, as sucessões de um reino, as inaugurações e cerimônias públicas [...] tudo isto costuma ser narrado de forma embaralhada nos periódicos (Peucer, 2004, p. 21).

Por Galtung e Ruge (1965, p. 77, tradução nossa), temos a menção ao imprevisto e ao negativismo nas coberturas noticiosas, e o indicativo de que “quanto mais baixo o *status* de uma pessoa, mais desviante a notícia sobre ela deve ser”. É em tal sentido que Shoemaker (2014) elege reposicionar essas diferentes variações em uma espécie de macro-categoria do desvio que agrupa acontecimentos de ordem estaticamente irruptivas – pelo incomum ou insólito; associados à violação de leis e normas, a crimes e violências; e à mudança social. A esses aspectos de ordem um tanto quanto mais ‘natural’ das ocorrências, a pesquisadora norte-americana acresce outro macro-valor vinculado à uma concepção de socialização cultural, que se liga, especificamente, às atribuições políticas, econômicas, culturais e públicas dos atores envolvidos. Nos rastros de uma imprensa que se modernizou para atender às demandas da burguesia, a noção de proeminência opera em conformidade às relações de poder que

atravessam o campo e assim conectam-se com a disputa por capital simbólico e legitimidade que os meios buscam junto às outras instituições sociais e seu público-leitor. Pesa, ainda, como pontua Shoemaker (2014, p. 41), o fato de que significância social e desvio também se associam, já que a vida de celebridades parece portar um tal valor de insólito que “mesmo as atividades rotineiras podem pular portões altos dos *gatekeepers* e resultar em um número incrível de itens jornalísticos”.

De uma configuração jornalística ancorada no escopo do acontecimento, com reconhecimento noticioso articulando-se pelos eixos de desvio e proeminência social, desdobram-se implicações que, em um plano cognitivo, modela um certo recorte do espaço público e da compreensão social sobre o seu funcionamento (Charaudeau, 2009; Shoemaker, 1996). Um mapa cognitivo, digamos assim, que nos legitima certos quadros de referência e de interpretação hegemônicos a partir do quais avaliamos nossa situação coletiva e momento histórico. Não à toa, Márcia Benetti (2004) adverte para a noção de silenciamento que, desde a compreensão do jornalismo como acontecimento, mobiliza uma reflexão que nos é fundamental:

Podemos saber, de forma fluida e um tanto distante, que o mundo é maior e mais diverso do que nossas esferas de realidade mais próximas fazem parecer. [...] No entanto, dificilmente essa diversidade poderá adquirir o estatuto de possibilidade, tantas são as interdições que sofre em seu enquadramento. [...] O que o jornalismo não diz, as angulações que ele descarta, as vozes que ele ignora – ou a forma como ele marginaliza o que parece perigoso e acomoda o diferente na ordem de um regime discursivo – terminam por estabelecer, indiretamente, um suposto consenso social (Benetti, 2004, p. 161).

Inscrito em dinâmica positivista, o acontecimento extrai do fato apenas seus elementos variáveis ou contingentes, e não lhe dedica interesse – ou, pelo menos, não o faz como deveria – à complexidade de relações entre fatores e atores que o permeia. Se o aparato noticioso engendrado na maquinaria informativa se estabelece por negociações e operações seletivas bem acordadas na cultura profissional, é inevitável assumir que, enquanto uma escolha, o acontecimento-notícia é também uma omissão. “Toda forma de ver é uma forma de ocultar”,

diz Alsina (2005, p. 127), e é precisamente o conteúdo desprezado, ou deixado à sombra por tal processualidade eletiva, que nos desperta uma postura indagativa.

Os aspectos descartados do acontecimento têm, assim, nossa predileção investigativa; aqueles que constituem uma outra face, de regularidade, sobre a qual a mídia tradicional parece não ser capaz de versar. Ecoando as palavras de Benetti (2004, p. 146), “são fatos clinicamente percebidos como ordinários ou comuns e que, por isso, não alcançam os requisitos que lhes permitiram ocupar o estatuto de acontecimento jornalístico”. E que Sodré (2009, p. 76) aborda como fatos não-marcados, “que não significam fatos sem importância social, e sim fatos não imediatamente relevantes para o cânone da cultura jornalística, [...] portanto normalmente desconsiderados pela marcação (pauta) da grande mídia”.

Em nosso percurso reflexivo, nossa posição teórica tem sido a de, integrando tais leituras referenciais, tratar de aprofundar esta seara, sobre a qual há muito a compreender, a partir da noção de Desacontecimento jornalístico. E, de imediato, já nos cabe destacar que o concebemos como noção, precisamente porque esse é um construto em lapidação, poroso a contribuições diversas e a um contínuo processo de significação – o que não nos exime do desafio de delinear seus contornos com rigor e bem fundamentar suas dinâmicas epistemológicas e de ação.

2. Em vias de ruptura

A expressividade do Desacontecimento consiste justamente em inscrever uma chave de contraposição ao que se entende por acontecimento, ou por critérios de produção da notícia, e assim, lançar, no território das práticas, indicativos de que uma outra dinâmica é possível. Engendra-se por sujeitos que, ao se apropriarem das latitudes que a noção especula, assumem-se em epicentro de negociar os sentidos jornalísticos vigentes desde a responsabilidade de suas escolhas. Resiste, por assim dizer, a um exercício burocrata que não corresponde à uma dinâmica que se anseia comunicativa, intersubjetiva, dialógica. Relacional.

Por trás do Desacontecimento, e antes mesmo que comecemos a configurá-lo em suas especificidades, é importante frisar, portanto, nosso entendimento acerca da necessidade de se haver um *ethos* jornalístico distinto, autoral e criativo, sob o tripé técnica-ética-estética proposto por Cremilda Medina (2006). A processualidade que passaremos a articular, assim, vincula-se inevitavelmente a uma corporalidade que se coloca em campo, afeta os riscos dos (des)encontros que abrem as vias – ou as revitalizam – em direção à uma provocação no estado das coisas. Neste caminhar teórico em formação, por isso, mais vale considerar o Desacontecimento como uma matriz jornalística que, sob um escopo epistêmico divergente, associa um modo de ser e um código de produção às avessas da semântica hegemônica da profissão.

E se estamos a problematizar o saber de reconhecimento que aciona por primeiro a sistemática informativa, e também cientes de que a noção de Desacontecimento provoca de imediato a natureza dos fatos-marcados pela pauta tradicional, nossa proposição para as páginas que seguem é fundamentar uma predileção noticiosa por aquilo que vamos designar cotidianidade. Desenvolveremos uma espécie de elogio à vida autêntica, na contramão de críticas que não veem no cotidiano nada além de um regime de impessoalidade, movido por uma circularidade massiva e consumista. Estaremos, então, alinhados a um eixo de pensar que, respeitando as particularidades de cada trajetória teórica, busca a dialogia da Filosofia, da Sociologia e da História, nas contribuições de Josep Maria Esquirol, Michel Maffesoli e Michel de Certeau, e de suas inquietudes científicas que encontram em um tal território as potências para se interpretar nosso tempo histórico e o ser humano.

Se a herança romântica nos assinala uma exaltação da vida em sua excepcionalidade, que também interessa aos domínios do espetáculo e da aparência aos quais, jogando com os aparatos midiáticos, nos impelem a ansiar o êxito do distinto, aqui a construção de sentido passa pelo reconhecimento do brilho da vida que desacontece todos os dias. Não pretendemos uma distinção ou hierarquização entre um plano que seria real e outro ideal, ou um que seria superior e outro abstrato, mas a demarcação de uma mirada que, ao considerar as virtudes do cotidiano, as estabelece como traços de uma atividade criadora.

Maffesoli (1984) afirma sua ênfase à temática do cotidiano frente às nossas incompreensões das novas estruturas sociais que despontam, frente também à saturação de grandes sistemas de interpretação, como o marxismo e o freudismo, cujas receitas de análise, para ele, já não servem. E ainda que nossa discussão não se implique nos dilemas conceituais de modernidade e pós-modernidade, bem nos cabe apreender uma tal lógica do doméstico sob o desafio epistemológico de nos introduzirmos às coisas da vida. Porque concordamos que, de fato, há uma vitalidade no ordinário que escapa às elites intelectuais e políticas, e que nela podemos nos fundamentar não para investigar as formas de socialidade nascentes, como faz o autor francês, mas para ponderar sobre o caótico e o aleatório, o tédio e a exuberância que compõem às criações e atitudes de uma tal trama, “feita de minúsculos fios estreitamente tecidos” (Maffesoli, 1984, p. 146).

Os ‘pequenos nada’s’ performados em nossa cotidianidade são, desde aí, assumidos como quadro semântico e fonte de materialidade para a expressão de um emaranhado de afetos que, a despeito das estruturas econômicas e políticas, nos sustenta no que somos e no que compartilhamos com os outros: “o aperitivo ao final da tarde, os rituais do vestuário, os passeios à noite na praça pública, os rumores do mercado” (Ibidem, p. 58), “os ruídos da rua, as cantorias populares na mesa do bar, os odores das castanhas quentes no inverno, os sorvetes nos dias bonitos” (ibidem, p. 153) – exemplos de prazeres de uma vida que nunca se repetirão o suficiente, mas que nem sempre são tomados como elemento de base em nossas reflexões. É por isso que Maffesoli (1996) convoca-nos a um saber incorporado – em cuja esteira desdobramos o jornalismo –, ou a um ‘pensamento vicinal’, cujo mérito se encontra no concreto das pequenas coisas, no trivial.

Em outras de suas obras, a proposta vai se revestir das ideias de uma “razão sensível” e de um “conhecimento comum”, para fazer referência a uma episteme que só pode se articular no plano do ordinário, ou de uma dimensão que por vezes ele já designou como “alma do mundo” (Maffesoli, 2004), sinalizando a via de mistério que também se concentra nessa matriz subterrânea, que “garante a secreta coerência do todo natural e cultural” (Ibidem, p. 17).

Esse tom metafórico no trato teórico e na elucidação do olhar para essa vida, que nada tem de opaca, também reveste as obras de Certeau (1994) e Esquirol (2009), para quem os trabalhos de historiador e filósofo do cotidiano devem buscar acolher, respectivamente, “o invisível de uma ‘não-história’” (Certeau, 1994, p. 31) e “o amanhecer do mundo em um universo geralmente obscuro” (Esquirol, 2009, p. 20). Aos nossos intentos de promover uma apreciação do comum, tais empreitadas nos abrem aos bastidores da existência que, na chave da aparência e do profundo, abrigam a oportunidade de se redescobrir o ritmo vital que reside nos dias.

Há, neste sentido, um entrecruzamento muito convidativo a acentuar o vivido como esse momento que cristaliza e dignifica as nossas experiências, ou como uma espécie de temporalidade, por vezes fragmentada e ritual, que nos constitui em movimento permanente.

3. Cotidianidade como valor jornalístico

Um primeiro eixo que nos cumpre delinear a partir de tais conjugações teóricas, assim, é o que vincula a cotidianidade à repetição de gestos que, longe de nos empobrecer os sentidos, nos orienta a uma ontologia originária. Os gestos, afinal, como descreve Flusser (1994, p. 8), são as “formas de expressão de uma intenção”, e enquanto tal portam movimentos simbólicos, representativos de algo que desperta. A recorrência que nos acompanha em nossos dias, para Esquirol (2009), nos fornece, por um lado, o apoio e a segurança que buscamos e, por outro, um dinamismo com pouco desgaste de energia. Dessa maneira, a rotina da vida diária não se inscreve na contramão da novidade e da mudança, mas, antes, é a via mesmo que as possibilita, como soma da circularidade e do novo, de uma ação que é também libertação.

As repetições cotidianas, sob o prisma do filósofo catalão, não são apenas reminiscências ou monotonias; são movimentos adiante, que no compasso do retorno nos abrem o possível futuro, e que na oportunidade do agora nos firmam, cada vez mais intimamente, o lugar das coisas que importam – “repetição cordial e voltada ao coração”, escreve (Esquirol, 2009, p. 176, tradução nossa). Essa ‘roda’ diária, por isso, é também hábito:

uma maneira continuada ou regular de se fazer próprio, não como uma posse, e sim como uma forma de ser, que se associa à ideia de ‘habitação’, um ambiente que nos é familiar. Desde aí, a cotidianidade é o que torna a vida um abrigo, que nos mantém aquecidos e seguros frente a intempéries diversas justamente porque, em partitura de previsão e de reinício, nos entrega um ritmo orientador de vida. Não à toa, Esquirol (2009) se refere à rotina como musicalidade dos dias: podemos achar que sabemos de cor sua composição, mas a experimentaremos de um jeito sempre muito nosso, nunca idêntico, com o conforto de quem se reconhece em território seguro, e na intensidade de ser atravessado por sensações sempre novas.

A cotidianidade que nos serve à incursão de uma ontologia originária é, assim, a mesma que nos estabelece como sujeito-protagonista de produção de sentidos. Em uma segunda visada interpretativa, portanto, a vida de todos os dias é também vida autêntica, porque se traduz em atividade de criação e recriação permanentes. Agnes Heller (2000, p. 17), ainda que alinhada a uma abordagem mais objetivada e estruturalista, ressalta o elemento da personalidade que constitui o homem do cotidiano, “atuante e fruidor”, que coloca “‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias e ideologias”, fazendo da característica dominante do ritmo dos dias a espontaneidade. “A condução da vida supõe, para cada um, uma vida própria [...]; cada qual deverá apropriar-se a seu modo da realidade e impor a ela a marca de sua individualidade” (Heller, 2000, p. 40).

Esse tal mecanismo das criações, por muitas vezes minúsculas, já que ocorridas nos espaços de nossa intimidade, nos realça ou, para valer-se de um termo acionado por Maffesoli (1996), “epifanizam” o real:

Em poucas palavras, isso significa prestar atenção ao que, de um modo espantoso, levando em conta as diversas imposições sociais, equivale a dizer “sim, apesar de tudo”, à vida. [...] E isso não em função de qualquer otimismo de privilegiado, mas considerando o sólido vitalismo social que, mesmo através das mais duras condições de vida, não deixa de se afirmar (Maffesoli, 1996, p. 11).

Na dimensão do cotidiano que, para o sociólogo francês, nos aparece como ‘centralidade subterrânea’, a marca distintiva se encontra em um querer viver irreprimível, cuja força ganha forma por uma criatividade intuitiva a que Cremilda Medina (2014, p. 83), em um neologismo muito à brasileira, chama de *sevirol* – “o verdadeiro milagre da vida apesar de tudo”. Em foco, está uma sorte de capacidade de sobrevivência do ser humano na inventividade, suas ‘virações’ para lidar com a dinâmica vivida, cujo domínio expressivo não pode ser outro que o espaço-tempo diário. Os pequenos fatos da vida cotidiana carregam o fundamento incontornável de nossas maneiras de ser, o sentimento de vida que, em aparente simplicidade, tensiona o nosso aqui e agora com os outros, nas contradições mesmo de um fervilhar existencial. Se viver é possibilidade, conforme Esquirol (2009, p. 53, tradução nossa), “estamos irremediavelmente imbricados neste maravilhoso e ao mesmo tempo complexo abismo de fascinação e de tragédia” que nos mostra que o supérfluo contém também o profundo.

E isso para nossa existência em esfera individual e social. A criação e recriação de sentidos que caracteriza a cotidianidade, para Maffesoli (1984, p. 19), é ainda o que constitui “o essencial da trama social [...], muitas vezes esquecido pela investigação sociológica”. As ocorrências a princípio banais tecem, desde aí, a socialidade que, para os intuítos de estudo da pós-modernidade do autor francês, configura uma fenomenologia poética, ou ‘ética da estética’, a revelar um modo de ser com outros também emocional. “O fato culinário, os pequenos momentos festivos, as deambulações diárias etc. não podem ser considerados como elementos sem importância ou frívolos da vida social [...] enquanto exprimem as emoções coletivas” (Maffesoli, 1996, p. 27). Sob essa lente, a cotidianidade são as relações interativas de afetos e sensações que mobilizam o corpo social em vivências minúsculas e, deste modo, fortalecem a conjugação de um ‘nós’, como um impulso de base que nos recorda que a sociedade não é só uma mecânica político-econômica, determinada por rígidas estruturas. O perdurar societal se faz também no estar-junto, que se compartilha numa crônica trivial da vida diária.

Por isso, dessas duas acepções-fundantes de nosso olhar para a cotidianidade, enquanto repetição que orienta nosso existir, e enquanto criação/recriação de sentidos que nos vitaliza, em plano íntimo e social, podemos depreender uma significação final que a configura como

movimento de resistência do humano ser. Aqui, dois autores nos ajudam a esboçar uma tal reflexão: Josep Maria Esquirol (2015) e Michel de Certeau (1996). O primeiro, inclusive, tem uma obra-ensaio sobre a condição humana que atrela nossa *Resistencia íntima* ao universo das experiências que nos é mais próximo – propriamente, da vida cotidiana. Na perspectiva do filósofo catalão, a cotidianidade pode ser tomada como nossa resposta inerente ao abismo que é viver porque é a dimensão criativa e orientadora que faz o nosso existir ser também resistir. “Resistimos porque a vulnerabilidade amparada é capaz de maturar, criar e de dar [...] A gênese se dá, sobretudo, ali onde a vida pessoal circula com intensidade, ali onde a vida se sente, ali onde a vida se ilumina” (Esquirol, 2018, p. 8-9, tradução nossa).

A circularidade dos hábitos que, como já vimos, nos oferece ambiente cálido e seguro, ao nos colocar em vinculação com o que nos cerca, sustenta-nos como a resistência do que somos, não pelos bens que nos circundam, mas pelas relações de identificação que com eles somos capazes de gerar. Não é a mesa, como exemplifica Esquirol (2018, p. 65, tradução nossa), “e sim nosso braço que nela se apoia uma e outra vez, nossas mãos que uma e outra vez partem o pão e passam o sal”. A resistência íntima de que fala o autor, assim, é da ordem dos significados que estabelecemos com o que está à nossa volta; é a dificuldade que o mundo nos coloca às nossas pretensões e a fortaleza que podemos ter diante dos tantos processos de desintegração que nos abalam – fortaleza essa que, desde seu prisma, só se edifica porque o pêndulo cotidiano é refúgio que nos guarda em nós mesmos. À vista disso, o pensamento de Esquirol (2015, p. 17, tradução nossa) sobre a cotidianidade é uma espécie de hermenêutica do sentido da vida, pois é o que nos ‘salva’, é o “pano de fundo da existência humana”

Não se trata de uma perspectiva utilitarista ou que nos coloca em vias de contemplação com o que ocupa nossos espaços; antes, é a centralidade dos gestos, da conversação corriqueira, da companhia do Outro que importa sublinhar para reconhecer que o cotidiano é também cuidado, é a esperança sem a qual a tensão do real nos pareceria insuportável. Em Michel de Certeau (1996), tal percepção assim se inscreve:

Quanto mais o espaço exterior se uniformiza na cidade contemporânea e se torna constrangedor pela distância dos trajetos, com sua sinalização obrigatória, seus danos,

seus medos reais ou imaginários, mais o espaço próprio se restringe e se valoriza como lugar onde a gente se encontra enfim seguro, território pessoal e privado onde se inventam ‘modos de fazer’ que tomam valor definitivo (Certeau, 1996, p. 206).

A intimidade do que vivemos pelo que nos é próximo, o *bios* cotidiano, manifesta-se em Certeau na esteira não do protagonismo de uma resistência ‘ontológica’, como em Esquirol (2015), mas de um quadro possível de astúcias e táticas sutis que, ainda que articuladas em lógica complementar, mais dizem de uma resistência em âmbito social. Em jogo, na obra do historiador, temos a preocupação por uma distinção entre ordinário e massivo justamente para demarcar que, se o segundo simplifica os modelos culturais para ampliar sua difusão, a noção do ordinário salienta um trato com o entorno em função de códigos particulares, como uma “ciência prática do singular [...] que seleciona seus próprios instrumentos de pensamento e suas técnicas de uso em vista desses critérios” (Certeau, 1996, p. 341).

O interesse do autor francês em aprofundar uma reflexão sobre cultura ordinária é fundamentar a assertiva de que, apesar das determinações e ordens de estrutura que tentam se impor, a mesma insinua um “estilo de trocas sociais”, ou de invenções técnicas de resistência moral. Em outros escritos, Certeau (1994, p. 20) já se referiu aos qualificativos da dinâmica cotidiana como ‘uma economia do dom’, ‘uma estética de lances’ e uma ‘ética da tenacidade’, explicitando as combinatórias de operações que o sujeito, para subverter o estatuto de dominado, lança mão em suas “mil maneiras de caça não autorizada” (Ibidem, p. 38). Sua linha interpretativa não nos deixa esquecer de que o cotidiano é também espaço de embates e negociações, onde há fabrico, ou poética, que se mobiliza apesar das sistemáticas comerciais, urbanas e midiáticas:

A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde *outra* produção, qualificada de ‘consumo’: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante (Certeau, 1994, p. 39; grifo do autor).

Vê-se como na obra de Michel de Certeau (1996, p. 31) encontramos referência ao dia a dia como o que nos cabe em partilha, como o que nos prende intimamente ou o “mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, memórias do corpo, dos prazeres”, mas é, sobretudo, pela inserção de um tal território como caminho de resistência ao sistema social, “com operações quase invisíveis e quase inomináveis” (Ibidem, p.340), que sua contribuição é aqui acionada. Porque, ademais de uma proposição que considera as potências de negociação dos rotulados como dominados, no plano mesmo de suas vivências rotineiras há um aspecto ético ligado à cotidianidade que nos é caro frisar: a defesa de algo próprio, ou de um gesto de autonomia capaz de reempregos transformantes.

No ‘invisível cotidiano’, sob o sistema silencioso e repetitivo das tarefas cotidianas feitas como que por hábito, o espírito alheio, numa série de operações executadas maquinalmente cujo encadeamento segue um esboço tradicional dissimulado sob a máscara da evidência primeira, empilha-se de fato uma montagem sutil de gestos, de ritos e de códigos, de ritmos e de opções, de hábitos herdados e de costumes repetidos (Giard, 1996, p. 218).

Cada uma das facetas exploradas nestas páginas, se é que podemos assim nos referir a um fenômeno que as conjuga simultaneamente, sinaliza miradas à cotidianidade como escopo complexo em sentidos, como fonte de uma episteme de valor, na contramão de abordagens que tentam fixá-la enquanto uma espécie de categoria ou vida de segunda ordem. Suas virtudes foram cadenciadas sob um entrecruzamento plural, que ora se teceu em eixo mais ontológico, ora mais interacional, para, desse modo, configurar uma dinâmica em possibilidades de apreensões, seja em nível individual, seja em entendimento societal.

A ‘musicalidade dos dias’, para retomar uma expressão de Esquirol (2009), na qual orbitam nossa criação e recriação de sentidos, a edificação de nossa resistência íntima e o jogo de invenção de nossas astúcias sutis frente às produções impostas, é espaço-tempo que nos inscreve em vinculação direta com as tramas tecidas pelo humano ser. De um tal modo que ao jornalismo que se enseja dialogal, em ruptura à predileção pelo desvio e pela proeminência social, como aqui estamos defendendo, não há outra via mais coesa que a de pautar a cotidianidade desde essas complementares designações.

Considerações finais

Desenvolvemos este estudo em tom propositivo: inscrever a noção do Desacontecimento enquanto dinâmica jornalística possível às narrativas contemporâneas, a partir de um interesse noticioso pela cotidianidade dos homens e mulheres ordinários.

As reflexões que nos movimentam, em entrecruzamentos dialógicos, foram despertadas por contribuições diversas, da ordem da teoria e da prática: nosso campo profissional testemunha, em sua recente história, o trabalho de repórteres que, dos *fait divers* às crônicas sociais, fizeram das ruas e dos personagens anônimos os protagonistas de seus relatos, assim como nossas investigações científicas¹ maturam, na interface da Comunicação e suas áreas afins, a compreensão acerca da noticiabilidade e dos modos de fazer.

Nosso ensejo, desde aí, é aportar interpretativas a esse escopo em permanente elucidação, pela configuração de uma matriz jornalística que, sob a designação de Desacontecimento, conjuga um código de produção e um *ethos* noticioso à revelia dos critérios tradicionais que orientam a cultura profissional. De modo mais imediato, a noção de Desacontecimento provoca o estado da matéria-prima que constitui o produto informativo, por sua contraposição aos valores de desvio e proeminência social que marcam os fatos veiculados pela mídia hegemônica, através de uma predileção aqueles aspectos que se situam na camada de um infra-ordinário das vidas e realidades reportadas. Propriamente os diminutos que perfazem o espaço-tempo de nosso dia a dia.

A cotidianidade assume-se, assim, como pauta referencial ao Desacontecimento, na medida em que abriga essa sorte de poética das pequenas coisas: nas gestualidades que se repetem, em nossos percursos habituais, nos comportamentos e miudezas da rotina, manifesta, para além de recorrências da realidade, os processos de criação e recriação de sentidos do sujeito ante às intempéries do existir – íntimo e social. Convida, enquanto valor de uma

¹ Destacamos, aqui, a coleção “Jornalismo e Acontecimento”, com quatro volumes publicados pela Editora Insular, e os livros “A arte de tecer o presente: jornalismo interpretativo” (1973) e “A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano” (2003), de Cremilda Medina, que incursionam pelas temáticas abordadas neste artigo.

estratégia de narração em vias de divergência, a mirada jornalística a apreender as nuances de resistência que se ensaiam na esteira do comum.

Evidentemente, em se tratando de dinâmica, o Desacontecimento mobiliza aparatos outros, em termos de saber de procedimento, que viabilizam a noticiabilidade do ordinário por uma apuração dialógica-afetiva, que se coloca em abertura sensível ao entorno. De igual maneira, demanda uma mediação jornalística autoral que, frente a constrangimentos internos e externos, empreende uma assinatura autêntica na leitura e produção simbólica dos fatos. Uma *práxis* consciente, por assim dizer, que articula ao instrumental aprendido concepções éticas e estéticas do fazer, e aposta no fator humano em plano narrativo e organizacional.

Referências bibliográficas

ALSINA, Miquel Rodrigo. *La construcción de la noticia*. Nueva edición revista y ampliada. Barcelona: Paidós, 2005.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. In: VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). 2009, São Paulo. *Anais Eletrônicos...* São Paulo: USP, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996.

ERICSON, Richard.; BARANEK, Patricia.; CHAN, Janet. *Visualizing Deviance: a study of news organizations*. Toronto: University of Toronto Press, 1987.

ESQUIROL, Josep Maria. *El respirar de los días*. Barcelona: Paidós, 2009.

_____. *La resistencia íntima: ensayo de una filosofía de la proximidad*. Barcelona: Acantilado, 2015.

_____. *La penúltima bondat: assaig sobre la vida humana*. Barcelona: Quaderns Crema, 2018.

FLUSSER, Vilém. *Los gestos: fenomenología y comunicación*. Barcelona: editorial Herder, 1994.

GALTUNG, Johan.; RUGE, Mari. The structure of foreign news. *Journal of Peace Research*, v.2, n.1, pp.64-91, 1965.

- GIARD, Luce. Artes de nutrir. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LIPPMAN, Walter. *Opinião pública*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- _____. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MARTINI, Stella. *Periodismo, noticia y noticiabilidad*. Buenos Aires: Editorial Norma, 2000.
- MEDINA, Cremilda. *O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos*. São Paulo: Paulus, 2006.
- _____. *Atravessagem: reflexos e reflexões na memória de repórter*. São Paulo: Summus, 2014.
- PEREC, Georges. Aproximações do quê?. *Alea*, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 178-180, 2010.
- PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*, v.1, n.2, p.13-29, 2004.
- RODRIGUES, Adriano. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1999.
- SHOEMAKER, Pamela. Prefácio. In.: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo; FERNANDES, Mario Luiz. (Orgs). *Critérios de noticiabilidade - problemas conceituais e aplicações*. Florianópolis: Insular, 2014.
- SHOEMAKER, Pamela; REESE, Stephen. *Mediating the Message: theories of influences on mass media content*. Longman Publishers, 1996.
- SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional*. Vol. 2. Florianópolis: Insular, 2005.
- TUCHMAN, Gaye. Making News by Doing Work: Routinizing the Unexpected. *American Journal of Sociology*, v.79, n.1, pp. 110-131, 1973.